

A EXPANSÃO DO NEOLIBERALISMO E OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE POVOS E TERRITÓRIOS

THE EXPANSION OF NEOLIBERALISM AND THE IMPACTS OF AGRIBUSINESS ON PEOPLE AND TERRITORIES

LA EXPANSIÓN DEL NEOLIBERALISMO Y LOS IMPACTOS DE LOS AGRONEGOCIOS EN LAS PERSONAS Y LOS TERRITORIOS

Jaerle Rodrigues Campôlo¹

jaerle.campelo@unesp.br

Joserlane Oliveira da Silva²

joserlandnss@ufpi.edu.br

Resumo: O agronegócio brasileiro tem ganho impulso com o processo de financeirização do capital, como observado na fronteira agrícola MATOPIBA, onde a produção em larga escala de *commodities* gera resultados expressivos. No entanto, esse modelo também acarreta impactos negativos para comunidades e povos tradicionais, incluindo conflitos e contaminação por agrotóxicos. Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo entender as dinâmicas que envolvem o agronegócio frente à expansão do neoliberalismo, enfatizando os conflitos e resistência camponesa e indígena no MATOPIBA e seus efeitos. Para atingir esse objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico e institucional, permitindo a identificação de relações entre poder, território e práticas agrícolas no Sudoeste Piauiense. Foram elaborados mapas cartográficos com base em dados do IBGE e do MapBiomas.

Palavras-chave: Matopiba, Classe camponesa, Povo Akroá Gamella, Sudoeste piauiense.

Abstract: Brazilian agribusiness has gained momentum as a result of the financialization of capital, as seen in the MATOPIBA agricultural frontier, where large-scale commodity production generates significant results. However, this model also has negative impacts on traditional communities and peoples, including conflicts and contamination by pesticides. Given this context, this research aims to understand the dynamics surrounding agribusiness in the face of the expansion of neoliberalism, emphasizing peasant and indigenous conflicts and resistance in MATOPIBA and their effects. In order to achieve this objective, a bibliographical and institutional survey was carried out, enabling the identification of relations between power, territory and agricultural practices in the southwest of Piauí. Cartographic maps were drawn up based on data from the IBGE and MapBiomas.

Keywords: Matopiba, peasant class, Akroá Gamella people, Southwestern Piauí.

Resumen: El agronegocio brasileño ha cobrado impulso gracias a la financiarización del capital, como se observa en la frontera agrícola de MATOPIBA, donde la producción de materias primas a gran escala genera importantes resultados. Sin embargo, este modelo también tiene impactos negativos en las comunidades y pueblos tradicionales, incluyendo conflictos y contaminación por pesticidas. Frente a este contexto, esta investigación tiene como objetivo comprender las dinámicas en torno al agronegocio frente a la expansión del neoliberalismo, haciendo hincapié en los conflictos y resistencias campesinas e indígenas en MATOPIBA y sus efectos. Para alcanzar este objetivo, se realizó un relevamiento bibliográfico e institucional que permitió identificar las relaciones entre poder, territorio y prácticas

¹ Doutoranda em Geografia (Universidade Estadual Paulista- UNESP) Campus de Rio Claro.

² Graduação em Geografia (Universidade Federal do Piauí-UFPI)

agrícolas en el sudoeste de Piauí. Se elaboraron mapas cartográficos a partir de datos del IBGE y de MapBiomas.

Palabras clave: Matopiba, clase campesina, aldea Akroá Gamella, suroeste de Piauí.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2023), a expansão do agronegócio na região do MATOPIBA tem contribuído de forma significativa para o desempenho da economia nacional, especialmente por meio do aumento substancial na produção de *commodities* agrícolas, consolidando-se como um vetor estratégico de crescimento econômico.

Todavia, essa expansão tem ocasionado intensos debates sobre seus impactos sociais, ambientais e econômicos, especialmente no que tange à relação com a classe camponesa, tradicionalmente expropriadas nos processos de modernização agrícola, e principalmente as que mais sofrem com esse “progresso”. Embora falaciosamente o agronegócio seja vinculado ao progresso e à modernização dos tempos, ás custas desse progresso está à concentração fundiária, degradação ambiental e à exclusão social, bem como as formas de expropriação de povos.

A dinâmica do capitalismo impõe a uma divisão desigual do território, enquanto as áreas de alto valor econômico são controladas pelo agronegócio, as áreas consideradas “improdutivas” ou de “baixa rentabilidade” são destinadas à classe camponesa. Essa segregação não é natural, mas sim o resultado de um processo histórico de expropriação, Harvey (2008) define esse fenômeno como **acumulação por espoliação**. Nesse mecanismo, a reprodução do capital depende da apropriação violenta de terras, da mercantilização dos bens comuns e da precarização das condições de vida das populações rurais.

A classe camponesa, que sustenta modos de produção baseados na agricultura familiar, na coletividade e em saberes tradicionais, desempenha um papel essencial na preservação da biodiversidade, na produção de alimentos e cultura própria. No entanto, sua existência é constantemente ameaçada pela expansão predatória do agronegócio, que avança sobre seus territórios por meio de grilagem, violência e mecanismos jurídicos fraudulentos. Harvey (2003) caracteriza esse processo como **“destruição criativa da terra”**, no qual a lógica capitalista transforma a natureza e os modos de vida tradicionais em *commodities*, desintegrando comunidades em nome do lucro.

Paralelamente nesse cenário, existe também a contaminação por agrotóxicos que é amplamente utilizado no modelo do agronegócio emerge como uma grave alerta acerca da

contaminação. Conforme demonstra Bombardi (2023), o Brasil vive uma epidemia silenciosa de intoxicações, com impactos devastadores sobre a saúde de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais. No Sudoeste do Piauí, o povo Akroá Gamella sofre com a pulverização aérea de venenos, que envenenam rios, solos e corpos.

Diante desse contexto de forças desiguais, este estudo busca entender as dinâmicas que envolvem o agronegócio frente à expansão do neoliberalismo, enfatizando os conflitos e resistência camponesa e indígena no MATOPIBA e seus efeitos. Para isso, utilizar-se-á como ferramenta investigativa revisão de literatura. A pesquisa bibliográfica abrangeu obras sobre conflitos fundiários, impactos socioeconômicos e formas de resistência camponesa, enquanto as visitas de campo incluíram observação participante e análise de documentos do INCRA e EMBRAPA. A integração dos dados teóricos e empíricos permitiu identificar relações entre poder, território e práticas agrícolas no Sudoeste Piauiense.

A elaboração de mapas, utilizando dados do IBGE e MapBiomass no *software* QGis, incluiu etapas como a definição do DATUM SIRGAS 2000, reclassificação de camadas Raster da coleção 8 do MapBiomass (anos 2008, 2018 e 2022) e ajustes nas malhas territoriais municipais e estaduais. Também foi produzido um mapa específico para localizar a Comunidade Akroá-Gamella, em Barra do Correntinho, no Piauí, também impactada com a expansão do agronegócio. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas do agronegócio no Sudoeste Piauiense, uma região estratégica na expansão agrícola da fronteira MATOPIBA. O avanço das grandes propriedades rurais, associado ao uso intensivo de agrotóxicos, tem provocado impactos significativos sobre a classe camponesa, comprometendo suas práticas agrícolas tradicionais e ameaçando a segurança alimentar.

A pesquisa busca contribuir com reflexões que promovam o diálogo sobre desenvolvimento sustentável e inspirem políticas públicas voltadas para a inclusão social na região. Por fim, o estudo destaca a importância da justiça social para os povos camponeses, que enfrentam diversas formas de marginalização diante do crescimento predatório e desmedido do agronegócio. Além disso, evidencia a preocupação com a saúde dessas comunidades e alerta para os impactos contratados que o modelo agroindustrial pode deixar como legado, ao priorizar a acumulação de capital em detrimento do bem-estar das populações rurais.

2. DINÂMICAS NÃO ASSIMÉTRICAS DA CLASSE CAMPONESA E AGRONÉGOCIO:

O crescente avanço das fronteiras agrícolas no Brasil deve-se principalmente a um fato universalizador, força motriz do processo desmedido que se tornou o agronegócio no Brasil, no que tange os mais diversos cultivos de culturas. A crescente integração desse sistema agroalimentar aos mercados internacionais viabilizou essa expansão, mas também expôs toda a sociedade (inclusive as massas mais pobres) aos benefícios e aos riscos de variadas natureza que têm caracterizado a economia globalizada.

A modernização agrícola no Brasil tem ganhado força a partir da ascensão neoliberal no contexto político, as políticas de incentivo ao agronegócio têm sido cada vez mais potencializadas, bem como o discurso que o permeia, que seria o do progresso, a partir do crescente avanço das fronteiras agrícolas no Brasil, com a introdução do agronegócio MATOPIBA. Diante disso, esse estudo tem como objetivo reconhecer a dinâmica do agronegócio dentro do território piauiense, com efeito do neoliberalismo.

Com o rompimento da ideia da “imaginação neoliberal” de não fracasso, a geopolítica mundial e a hegemonia dos países têm passado por muitas transformações, em meio às crises do capitalismo. Tratamos aqui a crise *subprime* de 2007/2008, que por sua vez orquestrou um processo de turbulência no cenário mundial, haja vista que a origem e o epicentro da crise ocorreram nos Estados Unidos e atingiram principalmente os países parceiros.

Em evidência, podemos perceber as mudanças no Sul Global decorrentes desses fatores, visto que a China está ascendendo no cenário global, tanto em produção quanto no avanço de suas tecnologias. Podemos destacar a demanda chinesa por *commodities* como um dos fatores que acarretaram a consolidação nas relações China-Brasil. Visto que partir dessas movimentações geopolíticas, as relações Sul-Sul têm sido cada vez mais consolidadas.

Todavia, é importante destacar que a China e o Brasil têm trocas comerciais desde 1970. Camargo (2023) vai enfatizar que desde meados da década de 1990 essa relação tem estado em constante desenvolvimento. O progresso nas relações comerciais entre os países ganha força ocasionalmente pela crise dos Estados Unidos, onde a China vai efetivamente estabelecer um parâmetro bilateral em suas trocas com o Brasil, e se tornando um dos seus grandes parceiros comerciais. Concordando com (Castilho, 2021, p 15.)

A crise de 2008 foi um marco na estratégia de desenvolvimento da China. Antes da sua eclosão, o país seguia um caminho muito alinhado às estratégias econômicas e políticas estadunidenses, formando o eixo sino-americano de

acumulação. Nesse momento, as autoridades chinesas tinham esperanças de que o alinhamento econômico com os EUA serviria, para além dos ganhos econômicos, para o aprendizado por parte dos atores econômicos chineses, públicos e privados, das melhores práticas empresariais e regulatórias.

Lima, Furtado e Alves, (2020, p. 3) destacam que “apesar da compra de produtos agropecuários estar presente nas trocas entre China e Brasil há bastante tempo, foi somente a partir dos anos 2000 que se nota um aumento significativo nos investimentos diretos no setor agrícola em si.” Inicialmente, esses investimentos estavam focados na aquisição de terras e, posteriormente, expandiram-se para incluir redes de infraestrutura, como logística e fornecimento de energia.

Diante desses fatos, a fronteira agrícola surge como uma força motriz nas negociações comerciais internacionais, impulsionada pela crescente demanda da China, que, em sua ascensão econômica, requer um fornecimento alimentado de grãos, com destaque para a soja e o milho. Nessa conjuntura, destaca-se a atuação do Brasil no processo de modernização do campo. Esse processo de modernização em termos geográficos, deu-se a partir da agricultura globalizada, que está presente sobretudo em áreas de produção e circulação de *commodities* agrícolas. Deste modo, de acordo com Frederico (2013), nessas frações do território evidencia-se uma comoditização não só da economia, mas também do território, uma vez que diversas regiões passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de infraestruturas e normas que as torna funcionais a uma determinada produção e a lógica do mercado globalizado (Frederico, 2013).

Nessa conjuntura, evidencia-se o espaço rural piauiense, que segundo Rufo (2021), foi a partir da década de 1990 que houve maiores investimentos nos cerrados, com ênfase no Sul e Sudoeste do Piauí que passaram por transformações, impulsionadas por agentes a partir da construção de um novo ciclo de produção, que se expandem a cada ano, a exemplo as vastas plantações monocultoras de soja no MATOPIBA. A expansão dessa fronteira agrícola no Piauí transmite valor às atividades que lá se localizam, dando margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução do espaço, Santos (2006).

Podemos entender que a dinâmica do MATOPIBA reflete a lógica capitalista e o avanço da técnica. Essa fronteira agrícola se caracteriza pelo uso intensivo de tecnologia - como colheitadeiras, maquinário pesado e insumos modernos - que reduz a dependência do trabalho humano. Como destaca Lima (2015), a modernização do campo está diretamente ligada aos grandes latifúndios controlados por poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que transformam o espaço rural para atender seus interesses.

As relações referidas estão correlacionadas efetivamente com a conjuntura que o Sudoeste piauiense se encontra atualmente, tendo em vista a dinâmica de interligação entre os estados que compreende o MATOPIBA, o Piauí tem sua produção agrícola tão intensa quanto os demais estados, principalmente a produção de soja, pois, o Piauí está ligado a dinâmica da geopolítica chinesa relacionada a demanda por *commodities*.

Deste modo, Figueiredo, Espindola, Silva e Pereira (2019) corroboram, destacando que a expansão da fronteira agrícola no Sudoeste piauiense não apenas reflete a continuidade de práticas tradicionais na agricultura moderna, como o arrendamento de terras, especialmente para a produção de *commodities*, bem como evidencia a persistência de antigas questões territoriais no estado do Piauí, a exemplo da concentração de terras, inclusive nas mãos de atores internacionais. Rufo (2021) sublinha que a expansão do agronegócio no Piauí é apoiada pelo estado e liderada por empresas transnacionais.

Tendo em vista que os principais agentes que contribuíram com o crescimento da produção agrícola no MATOPIBA foram os agricultores, em grande número vindos de estados do Sul do País. Tem-se nesse cenário as grandes corporações, que foram se organizando por toda fronteira agrícola moderna.

Nesse sentido, Rufo (2021) destaca o Piauí como parte dessa nova realidade socioespacial ancorada no agronegócio globalizado. O agronegócio passou a ocupar terras de diversos municípios do Piauí, com uma nova forma econômica de exploração desse território, a partir do cultivo de grãos, especialmente de soja, com ênfase para as cidades de Bom Jesus e Uruçuí que exercem a centralidade em torno do agronegócio.

Por outro lado, Carvalho (2019) sublinha que a dinâmica do agronegócio já dá indícios que não ficará restrita somente ao sudoeste do Estado, segundo o autor há uma expansão mais ao norte do Piauí, particularmente nas microrregiões de Picos, Floriano e do Médio Parnaíba Piauiense, que seguem em busca de preços atrativos, além de incentivos fiscais.

Além disso, Carvalho (2019) destaca que nesse cenário o processo de territorialização capitalista, em que o camponês, que antes mantinha certo protagonismo, tornou-se sinônimo de “atraso”. A classe camponesa, antes protagonista, carrega outra forma de produção de alimentos, qual seja, a prática do policultivo, que pauta um desenvolvimento da agricultura, em que o camponês que mantém a tradicionalidade na terra também resiste.

A forma de produção camponesa se difere da capitalista, o que pode ser entendido a partir da força de trabalho capitalista com o agronegócio em escala, intensidade e temporalidade. Isso

pode ser compreendido no momento em que os primeiros agricultores se instalaram nos platôs piauienses, sofreram com ruptura ontológicas, sejam relacionadas ao uso da terra, seja nos modos de vida, a partir de transformações em seus territórios.

É importante enfatizar que essas transformações ocorrem de formas diversas, a exemplo, impactos em reservatórios de águas, em rios, acidificação do solo através do maior uso de agrotóxicos, além de terem seus territórios ameaçados pelas ações ilegais de grileiros. Mesmo frente a esse cenário, o camponês ainda resiste às variadas formas de expropriação e violência. O camponês vem se reterritorializando e reproduzindo-se diante das disputas por terra contra o agronegócio.

O espaço rural piauiense, com a expansão do agronegócio passa por essas transformações, em que segundo Carvalho (2019) são geradas pela apropriação que a territorialização capitalista faz junto ao camponês. Esses camponeses passam por mudanças constantes, observadas em um curto espaço de tempo, como a partir do momento em que o camponês passou a realizar trabalhos de revendas de produtos, onde somente os patrões foram beneficiados, havendo somente perdas para as comunidades rurais.

Vale ressaltar ainda o debate acerca dos povos indígenas e comunidades tradicionais e impactados com esse projeto de expansão do agronegócio, como os impactos nos seus modos de vida (rupturas ontológicas), que pode ser entendido a partir do que Haesbaert (2020) conceitua como “territórios de vida” dos povos originários e das comunidades tradicionais do continente latino-americano. Esta forma de estabelecer territórios é fluida e extensa, para além da ideia de propriedade privada e exclusiva, coexistindo áreas privadas e coletivas.

Frente a esse cenário, entendemos que a apropriação de terras em grande escala na fronteira agrícola Matopiba é marcada principalmente pelo fenômeno nomeado de *land grabbing*, que concordando com Cogueto (2019, p. 24), “[...] pode ser definido como a aquisição massiva de terras, frequentemente por investidores estrangeiros ou empresas multinacionais.” Dessas empresas, é possível destacar de capital estrangeiro a Bunge Alimentos S.A, a qual tem sua matriz principal na cidade de Saint Louis, EUA. Seguindo a mesma dinâmica, a empresa Insolo Agroindustrial S.A, visto que a mesma recebe fomento da *Harvard University* para pesquisas no Sudoeste Piauiense. Que revelam o processo visível da estrangeirização da terra.

A crescente demanda por *commodities* desencadeia que esse processo que ganha mais força no cenário regional, visto que o crescimento das empresas inseridas no sudoeste do Piauí cresce

ano após ano, e dentro dessa dinâmica podemos fazer ligações com o fenômeno *Land grabbing* abordado. Por tanto, podemos concordar com Cogueto (2019, p. 28):

Nesse processo, portanto, compreendemos a corrida por terras não como uma consequência espontânea da economia mundial financeirizada, mas como um fenômeno organizado e racional, intencionado por agentes financeiros e conduzido pelas empresas financeirizadas que, para manter a acumulação de capital através da aquisição em larga escala de terras, necessitam tanto da angariação de investidores para seus projetos, quanto da transformação efetiva da terra agrícola em um ativo “investível”.

No cenário brasileiro essas transformações que ocorrem nos cerrados, como no caso do Piauí, é resultado de uma terra propícia para agricultura em grandes hectares de plantação, atraindo dessa forma grandes investidores, e o cerrado se tornando esse lócus do capital, tendo a terra como essa fonte fecunda. O que justifica a presença e apropriação de novos agentes que produzem o espaço, como incentivos, e a chegadas de pequenas e grandes empresas produtoras e transportadoras (Figueiredo, Espindola, Silva e Pereira, 2019, p, 9).

Em função das multiplicidades e dinâmicas dos eventos que atuam no espaço, decorrentes principalmente da globalização em curso, o território se encontra em constante movimento, marcado “pela territorialização do capital e pela oligopolização do uso da terra”, o que possibilita criar e recriar especificidades como a acumulação da terra por espólio, formulada pela ideia de endogenização global de investimentos estrangeiros. Figueiredo, Espindola, Silva e Pereira, 2019).

Que podemos converter nas afirmações de Harvey (2010). A ideia da destruição criativa da terra no contexto do sistema de produção, destacando que essa destruição não resulta simplesmente das vantagens naturais, mas é provocada pela interseção de forças econômicas e políticas, que gerenciam a chegada e a estabilidade dessas empresas, uma vez que a estrutura empresarial em grande escala, gera a sensação de crescimento e transformações positivas dentro dos municípios que estão inseridos nesse cenário de produção.

Para Santos (2000), esse tipo de agricultura é exigente em ciência, tecnologia a e informação e demanda uma enorme racionalidade externa, como o uso de modernos bens de capital e produção (insumos físico-químicos, mecânicos e biológicos) e a padronização dos procedimentos (preparação do terreno, plantio, tratos culturais, colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento e comercialização). Isto, completa o autor, leva “à introdução, aprofundamento e difusão de processos racionalizados que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, com a racionalização de práticas, a certa homogeneização” Santos (2000, p. 89). Como destaca ainda Santos (2000, p. 88-89),

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável.

Desse modo, vale ressaltar que frente ao atual período histórico da globalização do capitalismo neoliberal, o setor agropecuário e suas sucessivas reestruturações técnicas e organizacionais tiveram um caráter puramente econômico, setorial e produtivista, embasadas fundamentalmente na ideologia da acumulação ampliada do capital (Oliveira, 2016), beneficiando principalmente os agentes e espaços mais capitalizados e/ou com maior potencial de atender as exigências imediatas do mercado nacional e internacional.

Isso contribui com a redução dos custos e a promoção do crescimento do capital. Portanto, o Estado, multinacionais, corporações do agronegócio e empresas relacionadas são fundamentais na reestruturação do setor agrário brasileiro. Segundo Arruda (2007, p. 17), esse processo: constitui a manifestação da lógica capitalista na busca pela ordenação espaço-temporal marcada pela modernização do campo via industrialização da agricultura e a posterior consolidação dos Complexos Agroindustriais.

Dentro dessa mesma dinâmica e inserção, a prática neoliberal no agronegócio ganha forma no cenário do sudeste piauiense, ao alvorecer da demanda pelo uso da terra, as constantes transformações são evidenciadas a partir da chegada de novas empresas, dadas em um território fecundo e produtivo. É nesse sentido que Santos e Silveira (2001) trata como pontos luminosos, e as empresas mais poderosas escolhem locais de privilégio de produção, a fim de transformar a terra em um capital produtivo.

O resto do território então, é deixado para as empresas menos poderosas. Essa alusão pode ser traduzida em grandes corporações multinacionais e internacionais inseridas na fronteira. Podemos então afirmar que existem lócus luminosos e opacos, onde empresas com diferentes graus de modernidade capitalista se organizam.

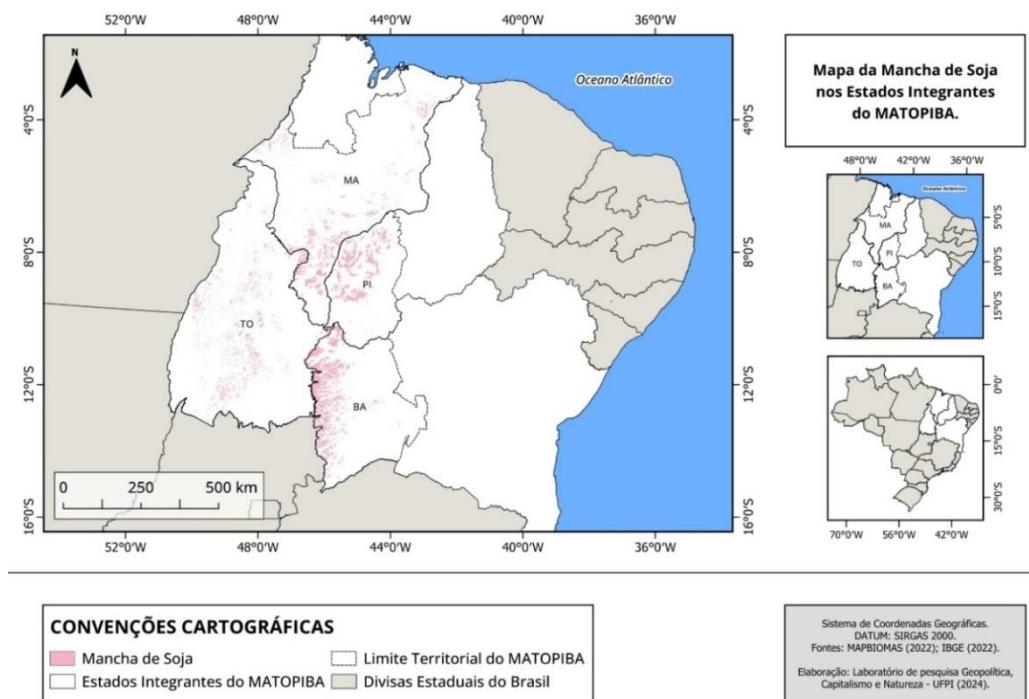
No MATOPIBA, as contradições territoriais da expansão do agronegócio se configuram, hoje, como um laboratório de lutas, conflitos e disputas que envolvem povos tradicionais. Esses povos destacam-se por manter a prática de preservação do bioma Cerrado e a manutenção de nascentes, riachos, veredas e brejos.

Essa expansão geográfica é marcada em recortes temporais, onde podemos perceber a dinâmica de crescimento da fronteira agrícola, onde foram elaborados mapas para entender o crescimento e a expansão da soja em períodos importante no cenário mundial, a comprovação desses fatos é importante para compreender a dinâmica crescente e chegada de novos agentes produtores.

Segundo Pitta, Boechat e Mendonça (2017, p. 160), uma expansão significativa sobre o Cerrado nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, iniciada na década de 1970, levou agricultores com menos recursos tecnológicos e investimento a vender suas terras e colheitas, devido a uma dinâmica de crise de seus investimentos e a se deslocarem para áreas com terras mais acessíveis e ainda não exploradas pela produção agroindustrial, promovendo uma expansão da fronteira agrícola da soja tanto para a Floresta Amazônica quanto para o Cerrado do Nordeste, incluindo o MATOPIBA.

Na figura 1, podemos observar a expansão da soja dinamizada ao longo de toda a fronteira agrícola. A densidade da área cultivada com soja evidencia claramente o processo de expansão, com base em dados do MapBiomas de 2022, combinados com dados demarcados pelo IBGE. Esses dados espacializam a intrusão da sojicultura na fronteira do MATOPIBA, onde a presença de fazendas de soja se destaca em todos os estados, com uma produção especialmente expressiva no extremo oeste baiano, seguido pelo sudoeste piauiense.

Figura 1: Expansão da mancha de Soja na fronteira agrícola do MATOPIBA (2022)



Fonte: SILVA, J. (2024)

Nesse cenário destacamos os impactos ambientais relacionados às alterações nas paisagens agrárias na ocupação do MATOPIBA. Esses estão vinculados uso intensivo de agrotóxicos no cenário atual brasileiro. Quadro que se coloca frente a permissividade da legislação brasileira na autorização de comercialização de agrotóxicos, vis a vis, o Projeto de Lei (PL 6299/2022), (PL do Veneno) que flexibilizou controle fiscalização de agrotóxicos no país.

No Brasil, essa desburocratização da fiscalização dos agrotóxicos tem relação direta com intoxicação e doenças como câncer do linfoma, associados ao uso do Glifosato, por exemplo. No país, há limites máximos de resíduos de agrotóxicos mais altos do que os admitidos em outros países, como os integrantes da União Europeia, e que alguns dos produtos importados não são usados nos próprios países de origem (Bombardi, 2017).

Já no estado do Piauí as aplicações de agrotóxicos nas monoculturas de soja e milho são feitas através de pulverizações por tratores ou por aviões agrícolas. As névoas de agrotóxicos chamadas de “deriva” atingem não só o alvo que é a lavoura, mas indiretamente o ar, solo, água, os animais do entorno dessas lavouras e a população da região de aplicação (Pignati, 2007; Carneiro, 2012).

No caso da comunidade Akroá Gamella, no Sudoeste piauiense, a agricultura de monocultivos praticada pelo agronegócio tem contribuído com a inserção destas substâncias no meio ambiente, utilizadas na agricultura e larga escala, tais como agrotóxicos e fertilizantes, além dos visíveis desmatamentos, o que pode levar ao aumento dos casos de intoxicação nas comunidades rurais por agrotóxicos.

Assim, alguns resultados preliminares desta pesquisa proporcionam maior visibilidade aos territórios tradicionais, como o do povo Akroá Gamella e contribui para mitigação dos impactos negativos presentes. Portanto, a expansão da fronteira agrícola sobre o território em estudo, é uma grande ameaça aos modos de vida, onde o agronegócio impacta de forma sistêmica o bioma Cerrado e vulnerabiliza comunidades que devem ser ouvidos a fim de expressarem suas denúncias e informações comprovadas por evidências etnográficas.

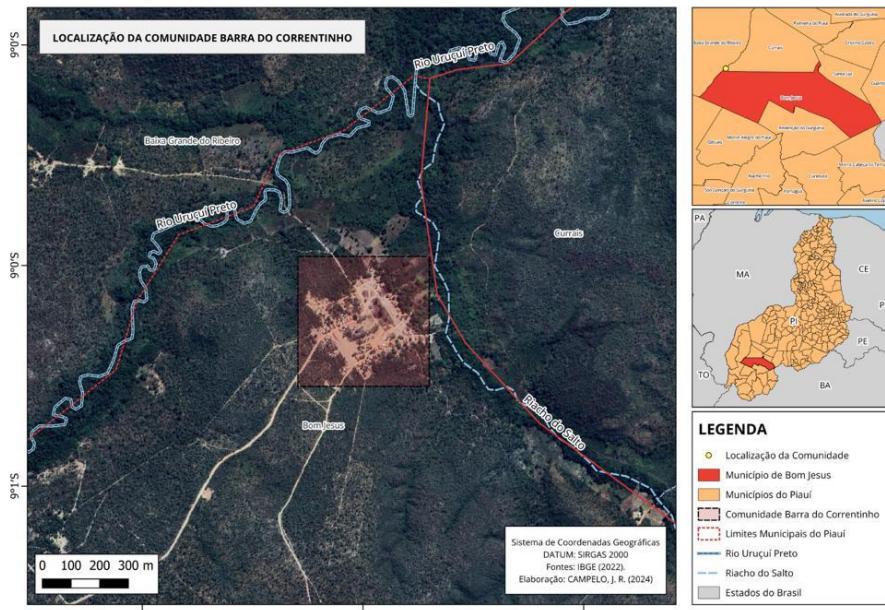
Posto isso, há a resistência da classe camponesa piauiense e do povo Gamela, que se materializa em campos de ação e nos espaços de produção, permeado por dificuldades existentes no meio rural, cujas famílias não querem abandonar sua casa e residir na cidade. Essa classe resiste a diferentes formas de expropriação e violência e, ao longo do tempo, esse camponês vem se reterritorializando. Entretanto, mesmo frente a essas questões, o camponês resiste e não quer abandonar o seu modo de vida que carrega consigo o pertencimento com o lugar e suas práticas agrícolas.

A dinâmica de crescimento da área, impulsionada principalmente pelos agentes produtores do agronegócio, essas zonas de produção são transformadas com a chegada de novos investidores, observa-se que novas interações entre produtores, trabalhadores, agentes de mercado e consumidores impulsionam a vitalidade dessas regiões, evidenciada pela intensa movimentação de empresas.

Levando em consideração o processo histórico, voltado principalmente para recorte temporal tratado, podemos perceber o avanço que a produção de culturas teve entre os anos de 2008 e 2022, uma vez que podemos perceber na figura que em 2008 a produção de soja ainda não era intensa se comparado com as amostras de anos seguintes, e os mapas de uso e cobertura da terra, fazem especificamente comprovar esse fenômeno de crescimento de produção no território piauiense.

Figura 2: Localização da Comunidade Barra do Correntinho

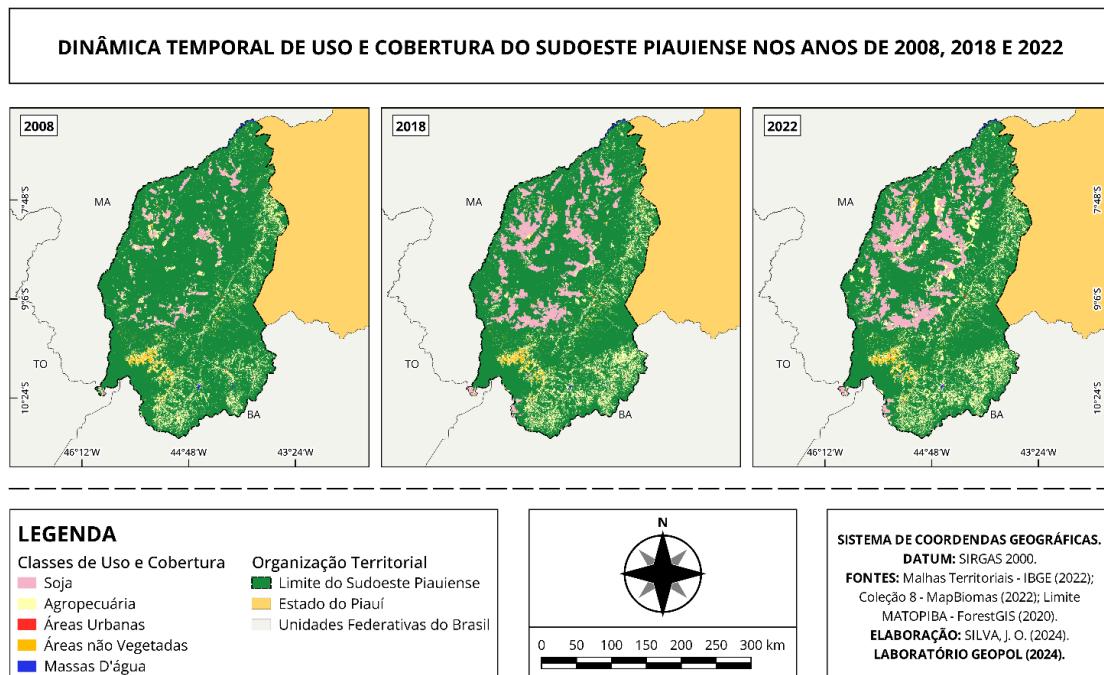
Fonte:



CAMPELO, J. R (2024)

É importante destacar que a crescente expansão geográfica do agronegócio é ligada ao processo do pós-crise de 2008, uma vez que essa mesma crescente está ligada ao processo de demanda por *commodities*. Tendo então assim, a China como um dos agentes que impulsionam a crescente e desmedida na fronteira agrícola, e como consequência dessa frenética demanda, a chegada de novas corporações, que dentro dessa região abre-se novas cicatrizes socioambientais.

Figura 3: Mapa que ilustra o aumento significativo da produção de soja na região sudoeste do Piauí de 2008, 2018 e 2022.



Fonte: SILVA, J. (2024)

Com o uso do mapa de uso e cobertura visualizando a expansão do agronegócio no sudeste piauiense, podemos perceber as dinâmicas que afetam a vida de povos camponeses e tradicionais da mesorregião, uma vez que a liberação de agrotóxico prejudica a vida cotidiana dos resistentes povos que tem a sua subsistência nessa fronteira.

O motivo dos recortes temporais permeia o mesmo motor que impulsiona o crescimento da expansão agrícola, a China, a partir de 2008 começa a ter mais evidencia nas trocas comerciais com Brasil, haja vista investimentos no que tangem a produção de soja, sendo uma das culturas mais evidentes nas trocas e compra de *commodities*. Dessa forma, a ascensão Chinesa, desencadeia um crescimento maior na produção em países parceiros da China. Mesmo que a exclusividade de produção não seja para a China, em dados da balança comercial dos anos de 2020, cerca de 50% da soja produzida no Piauí tinha como seu destino final os parceiros chineses.

Aqui trata também uma reflexão acerca da própria subsistência dos povos. Pois a cultura de soja para as comunidades locais não tem nenhum tipo de utilidade. Dado que nesse bioma devastado, a extração de coco babaçu e de carnaubeiras era algo muito presente na região, e com o crescimento desmedido do agronegócio no Piauí ameaça diretamente as quebradeiras de coco

babaçu, expulsando-as de seus territórios tradicionais e destruindo os babauais essenciais para sua subsistência e cultura (LIMA, 2019).

Podemos perceber as disparidades presentes nessa dinâmica onde os grandes latifundiários crescem a acumulam seus capitais, extraíndo até o último recurso que possa se transformar em dinheiro. Já os povos camponeses, sofrem as condições postas, no que trata principalmente a própria saúde, pela crescente contaminação de agrotóxicos. A sua garantia de emprego em estado deficitário, visto que a riqueza e as oportunidades estão concentradas em uma pequena parcela de pessoas. E em uma escala global, a grande devastação dos cerrados, que contam com leis frouxas de amparo e preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revelam-se na construção do trabalho as contradições vividas principalmente para o grupo mais afetado pela dinâmica neoliberal. Conclui-se que a expansão do agronegócio no Piauí traz impactos desmedidos e complexos, tanto para o bioma Cerrado quanto para as comunidades locais, especialmente povos tradicionais como os Akroá Gamella. Impulsionada por demandas econômicas globais, essa expansão gera desequilíbrios socioambientais, revelam-se pelo uso intensivo de agrotóxicos, desflorestamento e vulnerabilização de modos de vida tradicionais. Apesar disso, as comunidades resistem, reafirmando seu vínculo com o território e sua identidade cultural, enquanto enfrentam os desafios impostos por um modelo de desenvolvimento muitas vezes excludente e predatório.

Enquanto a China e sua crescente e frenética demanda por *commodities*, tendem a crescer, haja vista a mudança de governo e a ascensão do BRICs, reafirmam as parcerias sino-brasileiras. Um sinal de alerta para o avanço do agronegócio em todo o MATOPIBA, especificamente no Piauí, visto que essa produção não somente está mais no extremo sudoeste, mas já permeia novas zonas do território piauiense. Onde podemos salientar mais uma vez a dinâmica predatória neoliberal, onde será extraído até o último recurso para a grande acumulação de capital nas mãos de poucos.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.E.L. **Novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins.** Adão Bernardes J., Brandão Filho J. B. (Org). A territorialidade do capital: geografia da soja II. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009, p. 151-175.

ARRUDA, Z.A de. **Onde está o agro desse negócio?** Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BOMBARDI, L. M. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo, Editora Elefante, 2023. ISBN 978-65-60080-22-5.

BOMBARDI, L. M. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. **Direitos humanos no Brasil**, São Paulo, p. 71-82, 2011.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, [S.]. v. 4, n. 45, 2011. Disponível em: https://mst.org.br/wp-content/uploads/2012/05/9artigodomest_2011.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

CARVALHO, D.C.M. **Agricultura camponesa, agronegócio e novas dinâmicas de (re)territorialização nas Microrregiões piauienses de Floriano, Picos e do Médio Parnaíba.** Campinas, SP, 2019.

CASTILHO, G.B. **Os impactos da crise de 2008 na posição da China na economia-mundo capitalista (1980-2019).** PPGRI-UFSC, 2021.

COGUETO, J. V. **Território, finanças e land grabbing: tecnoesfera e psicoesfera na tentativa de transformação da terra agrícola em ativo financeiro e a expansão da fronteira agrícola brasileira.** Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP. 2019.

CASTRO, I. E DE.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e temas.** BCD União de Editoras S.A Rio de Janeiro, RJ. P. 26.

EMBRAPA. Sobre o MATOPIBA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>>. Acesso: 25 Jan.2024.

FIGUEREDO, E. S., ESPINDOLA G. M., SILVA A. J., PEREIRA M. L. C. **A inserção do capital transnacional e a expropriação de recursos naturais locais:** uma análise do agronegócio no sudoeste do Piauí. Geosul. Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 665-686, 2019.

HAESBAERT R. In ALVES V. E. L (Org). **Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil:** oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí e leste de Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

HARVEY, D. **The geopolitics of capitalism.** In: Spaces of capital: towards a critical geography. New York: Routledge, 2001, p. 312-344.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. Edições Loyola Jesuítas. São Paulo - SP. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal.html>. Acesso em: 12 out.2024.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. Boletim Nova Cartilha Social dos Babaçuais/ Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí, n. 1. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência e a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1982.

PITTA F. T., BOECHAT C. A., MENDONÇA M. L. **A produção do espaço na região do MATOPIBA:** violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Estudos Internacionais. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2, 2017, p.155 – 179.

RUFO, T. F. **Agronegócio e mercado de trabalho nos Cerrados Piauienses: novas dinâmicas, contradições e transformações.** Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia, 2021.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

Submetido em: dezembro de 2024.

Aceito em: agosto de 2025.